



#### ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 28 DE JUNHO DE 2024

Aos vinte e oito dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e quatro, no Salão Polivalente do Centro de Dia do Rosmaninhal, reuniu pelas dez horas, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Idanha-a-Nova, conforme convocatória do dia doze de junho, presidida, inicialmente pelo senhor António Sousa Lisboa, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, com a seguinte ordem de trabalhos:

#### PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA

A preencher nos termos do regimento

#### PERÍODO DA ORDEM DO DIA

- 1. Informação sobre a situação financeira e sobre a atividade do Município;
- Retificação de Proposta de Concurso Público para Aquisição por Lotes, de géneros alimentícios para a Cantina da Escola José Silvestre Ribeiro e Cantina Municipal;
- Proposta de Concurso Público, para a Eficiência Energética e Promoção de Energias Renováveis: Arquivo Municipal de Idanha-a-Nova;
- Proposta de Concurso Público, para a Eficiência Energética e Promoção de Energias Renováveis: Biblioteca Municipal de Idanha-a-Nova;
- Proposta de Concurso Público, para a Eficiência Energética e Promoção de Energias Renováveis: Piscina Municipal de Idanha-a-Nova;
- Projeto final de Regulamento de Utilização e Funcionamento do Centro Coordenador de Transportes de Idanha-a-Nova;
- 7. Alteração Orçamental Modificativa Primeira Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2024.

O senhor Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia mandou proceder à chamada dos senhores deputados, tendo-se verificado a ausência do senhor João Luís Marques Rego Geraldes, do senhor Paulo Fernando Ribeiro de Mendonça Baptista, da senhora Graça Maria Ferrer Pires, substituída pela senhora Maria Irene Monteiro Teixeira da Fonseca, do senhor Vitor Manuel de Jesus Mascarenhas, Presidente da União de Freguesias de Idanha-a-Nova e Alcafozes, substituído pelo senhor João José da Silva Couchinho e do senhor Ricardo António Matos Rodrigues, Presidente da União de Freguesias de Monfortinho e Salvaterra do Extremo, substituído pelo senhor António Joaquim dos Santos Carreiro.

As ausências encontram-se justificadas.

Verificada a existência de quórum, o senhor Primeiro Secretário da Assembleia, deu por aberta a sessão tendo seguida dado início à discussão dos assuntos inseridos no

#### PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA.

O senhor Primeiro Secretário da Assembleia Municipal disse que "devido ao acontecimento ocorrido com o falecimento senhor João Manuel Rijo Dionísio, Presidente desta Assembleia Municipal, vamos ter que alterar a ordem de trabalhos relativa ao Período Antes da Ordem do Dia. Assim, primeiramente será dada a posse ao elemento a seguir na lista de propositura na eleição do órgão autárquico, Assembleia Municipal, ocorrida no ano de 2021.



esidente |

Seguidamente iremos proceder à eleição da Mesa, porque a lei, neste aspeto, é omissa e na ausência do Presidente da Assembleia, por renúncia ou por morte, não estar contemplada a sua substituição, o que não acontece com o executivo municipal, cuja ausência, nestas circunstâncias, é substituído pelo Vice-Presidente. Assim, opta-se como sendo a primeira reunião da Assembleia após a eleição para os órgãos autárquicos, eleger a mesa nos mesmos termos do que aconteceu nessa sessão. Como na primeira sessão a mesa foi eleita por lista, é assim que irá ocorrer, pelo que solicito aos grupos municipais para apresentar lista para eleição da Mesa da Assembleia Municipal para o período que resta nesta legislatura, e só depois se entrará na discussão dos assuntos da Ordem de Trabalhos para esta sessão.

Para tomar posse e prestar o devido juramento de assunção de funções chamo o senhor Rogério Miguel Milheiro Bentes."

O senhor Rogério Miguel Milheiro Bentes fez o juramento de assunção de funções, tendo de imediato, de imediato, tomado posse do lugar.

Seguidamente a sessão foi suspensa, por cinco minutos, a fim dos Grupos Municipais reunirem para poderem apresentar lista para eleição da Mesa da Assembleia, a qual terá que ser constituída por Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário.

Terminado o período de suspensão da sessão, a senhora deputada Adalgisa Dias, em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista, entregou na Mesa a seguinte proposta candidata à eleição da Mesa da Assembleia,

Presidente: António Sousa Lisboa

Primeiro Secretário: Graça Maria Ferrer Pires

Segundo Secretário: Manuel da Fonseca Monteiro.

Não havendo mais proposta para eleição da Mesa, e estando ausente a Segunda Secretária da Mesa da Assembleia, o senhor Primeiro Secretário chamou, para o coadjuvar nos trabalhos a eleição da Mesa a senhora deputada Adalgisa Dias.

Seguidamente os senhores deputados foram chamados um a um, para exercerem o seu direito de voto, por escrutínio secreto, para eleição da Mesa.

Terminada a votação, foi apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e seis;

Votos Brancos: zero; Votos Nulos: zero:

Votos a favor: vinte e seis.

Em face deste resultado, a lista apresentada e submetida a sufrágio, foi eleita por UNANIMIDADE.

Constituída a Mesa da Assembleia e verificando-se a ausência da senhora Primeira Secretária, o senhor Presidente da Mesa chamou a senhora deputada Maria Irene Monteiro Teixeira Fonseca para completar a Mesa.

Seguidamente o senhor Presidente da Mesa informou que se iria entrar na discussão do Período Antes da Ordem do Dia. Assim e dado o falecimento do senhor deputado e Presente da Assembleia Municipal, João Manuel Rijo Dionísio, o senhor Presidente da Mesa informou que se iria fazer um minuto de silêncio em sua memória.

Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia informou havendo duas atas a aprovar, uma da sessão extraordinária do dia vinte e cinco de abril e outra da sessão ordinária do dia vinte e nove de abril de dois mil e vinte e



sessão do

quatro, apenas a versão provisória da sessão extraordinária foi enviada aos senhores deputados. A ata da sessão do dia vinte e nove de abril não foi enviada, em virtude das condições de gravação da sessão não estarem em boas condições de audição, levou que se procurassem soluções, o que já acontece neste momento, mas não foi possível terminar a mesma, pelo que será enviada conjuntamente com a ata da sessão de hoje.

Assim, informou que se iria votar a ata número dezassete, da sessão extraordinária realizada no dia vinte e cinco de abril de dois mil e vinte e quatro, solicitando que, em virtude do envio de uma versão provisória da ata a todos os senhores deputados, se havia alguma alteração ou reparo a fazer sobre a mesma. Também informou que os senhores deputados, Maria Irene Monteiro Teixeira Fonseca, Rogério Miguel Milheiro Bentes, João José da Silva Couchinho, Ana Filipa Mendes Canilho Fonseca, Joaquim Jorge Esteves Laranjo, Joaquim Manuel Correia Chambino e António Joaquim dos Santos Carreiro, não poderiam votar a ata, em virtude de não terem estado presentes na sessão.

Não havendo qualquer pedido de intervenção, o senhor Presidente da Assembleia submeteu a ata a votação, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: dezanove;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: dezanove.

Em virtude deste resultado a ata número catorze, foi aprovada por UNANIMIDADE.

De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência recebida informando que a mesma ficava à disposição dos senhores deputados.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que estava aberto o período de inscrição para uso da palavra.

Terminado o mesmo, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Joaquim Chambino, Presidente da Junta de Freguesia que disse "senhor Presidente da Assembleia, quero, na sua pessoa deixar um agradecimento ao senhor João Dionísio por todo o contributo ao concelho de Idanha-a-Nova, pela sua dedicação e a ajuda permanente à comunidade.

É um gosto para o Rosmaninhal receber a Assembleia Municipal de Idanha-a-Nova. Quero agradecer à Santa Casa do Rosmaninhal pela cedência do espaço e também não deixar de agradecer à Câmara Municipal pelo apoio que tem dado a esta casa.

Quero agradecer ao senhor Presidente da Câmara pelo compromisso de recuperar o palco das festas e a construção das piscinas públicas no Rosmaninhal. Tinha gosto de deixar estas obras concluídas no meu mandato. As minhas desculpas, mas na verdade estou muito preocupado com o cemitério do Rosmaninhal, pois já não tem espaço para mais sepulturas e por isso, senhor Presidente da Câmara precisamos da sua ajuda para ampliar o cemitério.

Desejo votos de uma ótima assembleia, de um bom trabalho a todos os presentes, sempre bem-vindos à nossa aldeia."

Seguidamente usou da palavra a senhora deputada Adalgisa Dias, que disse " permitam-me começar com um agradecimento muito especial ao Presidente da Junta de Freguesia do Rosmaninhal, pelo modo afetuoso como nos recebe na sua freguesia, e também à Santa Casa da Misericórdia que nos abriu as portas. Queremos, também,





dar uma primeira palavra ao senhor António Lisboa que inici8a trabalhos como Presidente desta Assembleia Municipal, e à Mesa, e desejar votos de um bom trabalho.

Em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista endereço-vos estas palavras. Confesso, que pela primeira vez tive dificuldade em escrever. As palavras não me saem, as letras misturam-se todas uma e outra vez. Tanto já foi dito, tanto que há por dizer e tanto que ficará por dizer. O João Dionísio, Presidente da Assembleia Municipal de Idanha-a-Nova partiu. Partiu abruptamente. É impossível colocar em palavras os nossos sentimentos e descrever o homem que foi. Na verdade, ele próprio, sempre foi mais de gestos e de atitudes, do que propriamente de muitas palavras.

O João Dionísio honrou-nos com a sua entrega e dedicação à comunidade idanhense, com a maior elevação, serenidade e determinação, colocou a sua vida ao serviço da causa pública, sempre pela terra que amava, sempre pelas pessoas que amava.

É um luto muito difícil. Idanha fica mais pobre, mas ganhará força no seu exemplo que nos inspirará a fazer mais e a fazer melhor. Essa é a melhor homenagem que lhe podemos fazer.

Neste momento de grande dor e tristeza endereçamos as nossas condolências à família e aos amigos. À Paula, sua mulher, o consolo de ambos terem encontrado o amor e a paz.

Uso as palavras do escritor Pedro Chagas Freitas que na realidade das coisas banais nos ajuda a encontrar a beleza da vida. A grande pessoa aumenta as outras, expande-as, porque não tem medo de quem é grande. O grande adora os grandes. O pequeno, com a mania de que é grande, teme de morte os grandes, ataca-os, acusa-os de afinal não serem assim tão grandes. O grande de trazer por casa quer ser o único grande do pedaço, e é por isso que não passa de um minorcasinho. Ser grande é sobretudo isto, ajudar todos os que estão à volta a serem também grandes, com inteligência, com carater, com sonho, com uma dose bem grande de loucura e de sensibilidade, e com um egocentrismo particular. A felicidade dos grandes é também a felicidade de todos os que vê passar aos poucos a ser grandes também. Só os grandes crescem. A grande pessoa aumenta o mundo.

João, foste grande, serás sempre grande e com isto fizeste a Idanha enorme. Até um dia."

De seguida usou da palavra o senhor deputado Jorge Daniel Fonseca que disse "primeiramente agradecer ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Rosmaninhal este acolhimento, que é sempre bom estas descentralizações das assembleias e desejar, também, à recente eleição da Mesa que efetue um bom trabalho e queria também, em nome do Movimento, aqui deixar uma palavra ao senhor João Dionísio. Sem prejuízo de outras manifestações de pesar, também a título pessoal e individual, o Grupo Municipal do Movimento para Todos, em seu nome, e em nome de todos os seus elementos, manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento tão inesperado do Presidente desta Assembleia Municipal, João Dionísio. Mais do que inesperada, a sua partida foi prematura e comoveu cada um de nós. Convicto dos seus ideais e sempre disposto a lutar por eles, foi um homem dedicado ao serviço público e que por isso será sempre recordado, e seguramente reconhecido por toda a Idanha-a-Nova.

À família e amigos chegados, não há palavra que possa suavizar a dor desta perda, mas não podemos deixar de expressar os nossos mais sentidos pêsames."

Terminada a intervenção do senhor deputado, o senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor José Claro, que disse " em primeiro lugar quero felicitar a Mesa e oxalá que tenham um excelente trabalho.

Hoje vou dividir o meu tema em duas partes. Também estou um pouco emocionado, embora seja um homem de coragem, mas qualquer ser humano se verga quando se perde um homem como o João Dionísio.



e estou |

Hoje para mim, e creio que para qualquer um de nós, não é fácil estar aqui a dialogar com todos vós, porque estou triste, aliás, estamos todos tristes, porque esta assembleia acaba de perder o seu Presidente, o Presidente de todos os idanhenses. Idanha, e todos nós, ficamos mais pobres. Perdemos uma figura pública que era acarinhada por todos. Em resumo, perdemos um homem simples, um homem honesto, um democrata, uma pessoa sensata. Como foi possível em tão pouco tempo isto acontecer? Acontece quando menos esperamos. É a lei da vida. Todos temos que estar preparados, mas nenhum de nós está preparado para aceitar um choque como este que nos aconteceu e nos entristeceu. Quando as famílias são grandes acontece mais vezes estes tristes acontecimentos. Temos vários exemplos, foi assim com o doutor Camacho Vieira, da nossa Sofia, dentro de outros casos menos graves como foi o caso do professor Mário Pissarra, que por motivos de doença também teve que renunciar ao mandato de deputado municipal. Pessoa muito querida do João Dionísio, o que de quando em vez se reuniam e falavam da vida do nosso concelho. É mais que evidente que tudo isto mexe, e mexe e de que maneira com a nossa família política. A vida não acaba aqui, vamos todos caminhar em frente na senda do progresso. Agora só nos resta seguir o caminho que ele sempre defendeu e idealizava para o nosso concelho. João Dionísio tinha uma paixão enorme por Idanha, bem como pelas nossas freguesias. Tinha muitos amigos. Tinha um projeto que pessoalmente idealizava, mas que infelizmente já não teve tempo para o por em prática. No entanto, estou certo e convencido que os valores, os ideais de João Dionísio vão ser respeitados e serão postos em prática. Nesta hora de tristeza, o melhor contributo que todos nós e, de um modo especial, toda a família socialista pode dar, é honrar o homem, as suas obras, os seus projetos. Descansa em paz companheiro e amigo. Direi mesmo até, amanhã camarada.

Mudando de assunto, em primeiro lugar quero cumprimentar o senhor Presidente da Junta de Freguesia do Rosmaninhal, bem como todo o seu executivo, instituições e população em geral. Hoje também me sinto em casa, porque durante vinte e dois anos lidei com famílias desta bonita terra, em Alverca do Ribatejo. Tudo gente simples, humilde e de fino trato. Foram tantas as famílias, que algumas delas já nem me recordo, mas foi um privilégio em as ter conhecido

Presidente Chambino permita-me que realce aqui nesta assembleia o trabalho desenvolvido pela Junta de Freguesia e seus pares, bem como todas as freguesias do nosso concelho. Hoje e sempre vimos uma freguesia linda, limpa, muito atrativa pelas suas cores, onde impera o rosmaninho, e também pelo empenho dedicado à cultura, ao desporto, ao bairrismo, ao associativismo, à Misericórdia e às suas tradições religiosas, tais como o São João entre outras. Chamo eu a tudo isto terra com vida, uma terra com tradições que convida qualquer um a viver e a visitar. Quando alguns apregoam aos quatro ventos que as aldeias estão votadas ao abandono, fica aqui mais que provado que muito do que se diz, e por vezes se escreve, não corresponde minimamente à verdade.

Hoje aqui no Rosmaninhal, outrora em Toulões, assim foi em Aldeia de Santa Margarida, mas permitam-me que daqui envie um caloroso abraço a todos os Presidentes de Junta, e de um modo especial ao Marcelo e ao Presidente Chambino, pelo vosso empenho e dedicação em prol das vossas freguesias e dos vossos fregueses. Chamo eu a este trabalho, trabalho de casa, trabalho de excelência, trabalho muito bem feito.

Como estamos aqui hoje no Rosmaninhal aproveito esta oportunidade para perguntar ao senhor Presidente da Câmara Municipal se nos pode informar em que ponto está a situação da estrada que liga Rosmaninhal a Segura. É do conhecimento geral o seu estado, no entanto agradecia que o senhor nos dissesse algo sobre a referida estrada.





Falando de obras, tive a oportunidade de ler uma nota do Município, datada de 7 de junho, em que relatava as obras que foram feitas e outras que estão a decorrer, e todas elas de grande utilidade. Eu sei hoje que tudo está muito inflacionado e os custos são elevados, mas o investimento na sede do concelho, bem como nas nossas freguesias, senhor Presidente, não pode parar. Eu também sou um pouco assim, só me sinto satisfeito quando tenho obras em andamento. No entanto reconheço, ao contrário de muitos, que Roma e Pavia não se fez num dia. É impossível fazer tudo a seu tempo. Existem sempre prioridades e necessidades. Temos muito património antigo e tudo isto coloca mais dificuldades. Dificuldades essas que se vão combatendo dentro da capacidade financeira. Que bom seria que tudo fosse feito e resolvido, mas todos nós sabemos que é completamente impossível e que o dinheiro não chega para tudo. Existem, e existirão sempre mais isto ou aquilo para ser feito. Para quem está fora, tudo é fácil, mas mais uma vez digo e repito, tudo a seu tempo. Acho que não vale a pena criar mal-estar ou desconfiança, e muito menos crispação política. Já não falta tanto tempo assim para novas eleições e nessa altura sim, cada força política puxará pelos seus programas, pelos seus galões, pelos seus atributos e argumentos, mas que fique aqui bem claro, independentemente de quem vier a gerir os destinos da câmara, e do nosso concelho, que o faça com empenho e dedicação, com maior amor à causa pública, como tem sido feito pelo atual executivo."

Seguidamente o senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor deputado Hugo Rego, que disse "começo por agradecer ao senhor Presidente da Junta do Rosmaninhal a forma calorosa como nos recebeu. Quero também endereçar, desde já, votos de bom trabalho à nova Mesa, aqui votada por unanimidade.

O que me trás aqui, neste momento e depois das palavras dos meus antecessores, tem a ver com uma questão que me preocupa, ao Movimento, e creio que preocupará também o senhor Presidente da Câmara Municipal, e tem a ver com uma notícia veiculada ontem no Jornal Público que segundo uma nota enviada pelo Ministério da Coesão que refere que há dezassete câmaras que ainda não começaram a rever o PDM e arriscam penalização de fundos portugueses e europeus. Uma dessas câmaras é a Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, e eu gostaria que o senhor Presidente da Câmara nos pudesse esclarecer, uma vez que é preocupante podermos deixar de ter estes fundos que muita falta fazem ao desenvolvimento do concelho."

Terminada a intervenção do senhor deputado, o senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor João Couchinho que disse " è com grande tristeza que vou ler uma nota de pesar pelo nosso amigo João Dionísio, homem bom, de princípios e que me deixa constrangido com a sua partida.

A União e Freguesias de Idanha-a-Nova e Alcafozes manifesta publicamente o mais profundo pesar pela partida de João Dionísio, Presidente da Assembleia Municipal de Idanha-a-Nova.. Foi com profunda consternação que inesperadamente vimos partir um homem que durante toda a sua vida serviu dedicada e empenhadamente a sua Idanha, ultimamente como Presidente da Assembleia Municipal de Idanha-a-Nova. Reconhecer as suas qualidades humanas, intelectuais, de trato simples e aberto. Lamentamos tão grande perda de um homem que não se poupou a esforços. Lutou e fez tudo o que de si dependia e esteve ao seu alcance. Um democrata e um defensor convicto da sua terra e das suas gentes.

Idanha ficou mais pobre, e neste âmbito agradecemos todo o trabalho que desenvolveu em favor da causa pública. Certamente partiu com o sentimento de que muito ainda havia por fazer. Somos, nesta vida, pouco mais que nada, mas algum de nós seremos um pouco mais. Não importa o tempo que andamos por cá, mas sim o rasto que





deixamos, e nisso, o João Dionísio deixou uma marca e por todo o seu percurso político, profissional, cívico será sempre lembrado como um dos melhores.

À sua família, a quem deixamos um sentido abraço de condolências, sentir-se-á muito orgulhosa, tal como todos nós, por termos podido privar com ele e usufruir de tudo o que nos deixa.

Aqueles que passam por nós não vão sós, deixam um pouco de si e levam um pouco de nós."

Terminadas as intervenções dos senhores deputados, o senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara que disse " bom dia senhor Presidente da Assembleia eleito, e na sua pessoa e da Mesa desejo que tudo corra pelo melhor durante o restante deste mandato, dou os meus parabéns pela eleição, embora pela forma por que foi eleito, não seja a melhor para todos nós, e por isso mesmo, e como já foi dito aqui que o exemplo do João Dionísio nos ilumine para continuarmos, com o seu alento, a trabalhar, sonhar e lutar por um concelho que todos desejamos em grande desenvolvimento. Cumprimentar o senhor Presidente da Junta de Freguesia do Rosmaninhal, e esta tinha sido a vontade do João Dionísio e aqui estamos todos a cumpri-la de poder passar pelas diferentes freguesias, e muito obrigado por nos receber.

Começo exatamente por responder às suas pretensões, portanto já trouxemos aqui o projeto das piscinas, da valorização do espaço circundante ao palco, e obviamente iremos ver a questão do cemitério.

Também foi levantada a questão da estrada do Rosmaninhal-Segura, e essa faz parte do muito que temos por fazer, mas já disse que há uma prioridade que é a estrada dos Toulões. A estrada de Segura, obviamente o estado menos bom da estrada aconteceu, não por razões que tenham a ver com a sua mal utilização por entidades que o não deviam fazer, mas cá estaremos para fazer a sua manutenção, de modo que todos possamos circular. Sabendo que esta estrada foi cofinanciada quando foi feita na área dom Parque Natural do Tejo Internacional e para uma visitação turística e não para grandes cargas, o que levou, de facto por parte de empresas que o fizeram sem nosso conhecimento à sua degradação.

Relativamente à questão sobre a notícia que saiu, de rever o PDM, a mesma está incorreta, e por isso solicito que a senhora arquiteta Joana Rossa, chefe de divisão esclareça esta assembleia sobre o assunto.

A senhora arquitete Joana Rossa disse "efetivamente, e consultando do Diário da República percebe-se que foi feita a abertura de procedimento do Plano Diretor Municipal, que foi seguido exatamente de um período de participação pública de trinta dias. Entretanto decorreu um processo de contratação pública de prévia qualificação da equipa responsável pelo projeto. Foi constituída, juntamente com a CCDRC, a chamada comissão consultiva, tendo sido feita a proposta da Câmara municipal de quais as entidades que devem acompanhar o PDM, tendo CCDR aprovado e foi também publicada em Diário da República a constituição da Comissão Consultiva, com vinte e oito entidades, e já foi entregue pela equipa a primeira fase da elaboração do PDM, das três que estão previstas.

Por tudo isto, não consigo entender esta notícia em que não foi aberto o procedimento, quando tudo está publicado em Diário da República a revisão do PDM de Idanha-a-Nova"

Terminada a explicação da senhora arquiteta, o senhor Presidente da Câmara continuou, e disse" mas estes assuntos têm vindo à Assembleia Municipal e não é nada que nós desconheçamos, quer numa análise preliminar feita pela senhora arquiteta Joana Rossa sobre um estudo preliminar que tem que existir, e que levou algum tempo mas que foi



palhar no

feito pelos técnicos da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, mas que agora temos uma equipa a trabalhar no processo."

Terminado o Período Antes da Ordem do Dia, o senhor Presidente da Assembleia deu início ao

#### PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PONTO NÚMERO UM – INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA E SOBRE A ATIVIDADE DO MUNICÍPIO – O senhor Presidente da Assembleia informou que estava aberto o período de inscrição para uso da palavra.

Terminado o mesmo, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora deputada Carla Galveia que disse " gostaria de deixar um agradecimento muito especial ao senhor Presidente da Junta de Freguesia do Rosmaninhal que aqui nos recebeu com tanta simpatia e desejar também os melhores sucessos na condução dos assuntos â Mesa que agora foi eleita por unanimidade.

Relativamente a este ponto, o Movimento tem apenas uma ou outra preocupação com algumas questões, para as quais peço a compreensão e esclarecimento do senhor Presidente da Câmara Municipal.

No que diz respeito à taxa de execução, tanto de receitas como de despesa, tendo em conta que estamos em junho, verificamos que são na ordem dos 26,35% para as receitas e de 25,06% para as despesas, e isso faz-nos questionar porque é que nesta altura do ano a taxa de execução é tão reduzida.

Preocupa-nos, também, e já o referimos anteriormente, o prazo médio de pagamentos, embora tenha melhorado, mas ainda assim continua a ser, para nós, excessivo.

Preocupa-nos, igualmente perceber que apesar do empréstimo na ordem do setecentos cinquenta mil euros e de um incremento de um milhão de euros de investimentos financiados, e apesar disso o saldo de tesouraria parece-nos escasso e tivemos isso mais em consideração precisamente porque estamos na altura de pagamentos de subsídio de férias, e pensávamos nós que o saldo de tesouraria seria por esta altura superior.

Também em relação à Feira Raiana, nesta altura a preocupação é que já estamos a menos de um mês do seu início e continuamos sem saber qual é o programa, e que eu saiba ainda não foi divulgado, ainda que saibamos que a nível de artistas que já é uma carga pesada, talvez a mais elevada de sempre, e entretanto fomos contatados por algumas pessoas que queriam alugar ou aceder aos espaços dentro da Feira Raiana, que dizem terem tido dificuldades no contato com a câmara e ainda não conseguiram perceber a quem é que se devem dirigir para apresentar os seus pedidos de informação e gostaríamos de deixar aqui esse pedido e que o senhor Presidente nos diga quem em concreto, ou qual a equipa que está a gerir o espaço da Feira Raiana e a quem é que os interessados se poderão dirigir."

Não havendo mais pedidos de intervenção por parte dos senhores deputados, o senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara, que disse "muito obrigado senhora deputada pelas questões apresentadas e começo pela última, a Feira Raiana. De facto ainda não divulgamos, e vai ser a partir de hoje porque quisemos primeiro levar o assunto à Câmara Municipal e entendemos que não o deveríamos divulgar, exceto como disse a senhora deputada, de alguns grupos porque tivemos que começar a fazer os concursos públicos e por isso é natural que algumas pessoas se aperceberam e já começaram a ser conhecidos. No entanto ontem apresentamos o



a com os

programa global na sessão do executivo, onde discutimos alguns aspetos e realço aqui a concordância com os senhores vereadores do Movimento com quem trabalhamos alguns aspetos em conjunto, pelo que realço aqui esse aspeto positivo de trabalho e das propostas de trabalho que nos apresentaram e que para nós também foram positivas, o que resultou numa conjugação de estratégias comuns, e portanto dou esta nota positiva aos senhores vereadores e um agradecimento pela participação e colaboração. De facto isto é fazer política construtiva.

Portanto senhora deputada, a partir de hoje pode ter acesso ao programa, mas fizemos questão que primeiro fosse à sessão de câmara, mas não o levamos antes porque este ano é um ano de exigência na nossa Feira Raiana.

Este ano a feira decorrerá durante dez dias, haverá muitos concertos, mas a feira vai dar um salto profissional, porque nós queremos que esta feira que é única em termos transfronteiriços se faz entre Portugal e Espanha, ganhe dimensão e diferenciação, e pela primeira vez vamos cobrar bilhetes de entrada, à semelhança do que se faz no Crato ou Cantanhede, e é a partir daqui que vamos apostar num evento que ganha qualidade, diferenciação, e marcará a Idanha e Moraleja.

Como sabem nós ganhámos, no ano passado, o título da Melhor Bio Região da Europa 2023, pela Comissão Europeia, e também graças a isso surgiu-nos aqui a oportunidade de podermos trazer e congregar o Encontro Mundial das Bio Regiões, que hoje somos mil e trezentos, e portanto vamos ter aqui uma temática que assume tudo isso, que é "uma saúde, um planeta", com a participação de países dos cinco continentes que vão estar presentes nos congressos, nos seminários que vamos ter, bem como no encontro nacional da plataforma municipal dos objetivos de desenvolvimento sustentável, que congrega parceiros universitários, um conjunto de mecenas, mas o grande encontro vai ser o segundo congresso mundial das bio regiões, que vai decorrer durante três dias.

Vamos também concentrar aqui o Arrebita Bio Idanha, que é uma marca que se afirmou em Idanha e o objetivo é que durante os dez dias passarem por Idanha cerca de quarenta chefs, que estarão a produzir a partir de produtos em modo de produção biológico que sejam da região de Idanha.

Apostamos também num pograma cultural forte para poder atrair visitantes e nesta edição apostamos com a cobrança de bilhetes, embora haja aqui, de facto, para os idanhenses a possibilidade de não poder pagar entrada, desde que tenham o Cartão +65, o Cartão de Saúde 0-114, Também, por proposta de ontem em conjunto com os senhores vereadores do Movimento, os jovens até aos 18 anos não pagam, mesmo que não sejam de Idanha, as famílias numerosas também vão ter facilidades de entrada, bem como pessoas com deficiência acima dos 60% de invalidez, pelo que, mais do que realizarmos grandes receitas com isso, é também darmos a conhecer um festival que quer crescer e quer mostra-se a Portugal e a Espanha, e afirmar-se como o melhor festival transfronteiriço."

Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia deu início ao

PONTO NÚMERO DOIS: RETIFICAÇÃO DE PROPOSTA DO CONCURSO PÚBLICO PARA A "AQUISIÇÃO POR LOTES, DE GÉNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A CANTINA DA ESCOLA JOSÉ SILVESTRE RIBEIRO E A CANTINA MUNICIPAL – COMPROMISSOS PLURIANUAIS – O senhor Presidente da Assembleia informou os senhores deputados que estava aberto o período de inscrição para uso da palavra.

Terminado mesmo e não havendo qualquer pedido de intervenção por parte dos senhores deputados, o senhor Presidente da Mesa submeteu a votação a proposta da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova relativa à RETIFICAÇÃO DE PROPOSTA DO CONCURSO PÚBLICO PARA A "AQUISIÇÃO POR LOTES, DE GÉNEROS



- 401 - 3 d

ALIMENTÍCIOS PARA A CANTINA DA ESCOLA JOSÉ SILVESTRE RIBEIRO E A CANTINA MUNICIPAL – COMPROMISSOS PLURIANUAIS, tendo sido apurado o seguinte resultado.

Número de votantes: vinte e seis;

Votos em contra: zero; Votos de abstenção: zero; Votos a favor: vinte e seis

Em face deste resultado a proposta foi aprovada por UNANIMIDADE.

O senhor Presidente da Mesa solicitou à Assembleia, conforme pedido da Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação

"FOI DELIBERADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS A FAVOR, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA, DE RETIFICAÇÃO DE PROPOSTA DO CONCURSO PÚBLICO PARA AQUISIÇÃO POR LOTES, DE GÉNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A CANTINA DA ESCOLA JOSÉ SILVESTRE RIBEIRO E CANTINA MUNICIPAL – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS."

Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia deu início à discussão do

PONTO NÚMERO TRÊS: PROPOSTA DE CONCURSO PÚBLICO PARA A EFECIÊNCIA ENERGÉTICA E PROMOÇÃO DE ENERGIAS RENOVÁVEIS: ARQUIVO MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA – COMPROMISSOS PLURIANUAIS – O senhor Presidente da Mesa solicitou ao senhor Presidente da Câmara para, querendo, fazer uma abordagem à proposta aqui em discussão.

O senhor Presidente da Câmara disse " este ponto, bem como os seguintes, o quarto e o quinto, são concursos que estamos a preparar e a lançar no âmbito da eficiência energética dos edificios do Município. Os avisos já estão abertos, o que já nos permite lançar os concursos, para depois esperarmos ter umas boas propostas por parte do mercado na construção, e é sempre uma dificuldade, pois estamos numa altura em que muitas empresas têm muito trabalho, mas fruto do nosso bom relacionamento com o mercado, temos conseguido falar com empresas para que concorram e também temos a esperança de conseguir nestes concursos bons concorrentes e a bons preços."

Seguidamente, o senhor Presidente da Assembleia informou os senhores deputados que estava aberto o período de inscrição para uso da palavra.

Não havendo pedidos de intervenção, o senhor Presidente da Mesa submeteu a votação a proposta da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova relativa *PROPOSTA DE CONCURSO PÚBLICO PARA A EFECIÊNCIA ENERGÉTICA E PROMOÇÃO DE ENERGIAS RENOVÁVEIS: ARQUIVO MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA – COMPROMISSOS PLURIANUAIS* tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e seis;

Votos em contra: zero; Votos de abstenção: zero; Votos a favor: vinte e seis.



ida por l

Em face deste resultado a proposta da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova foi aprovada por UNANIMIDADE.

O senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme pedido da Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação "FOI DELIBERADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS A FAVOR, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA, PROPOSTA DE CONCURSO PÚBLICO PARA A EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E PROMOÇÃO DE ENERGIAS RENOVÁVEIS: ARQUIVO MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS PARA O PROCEDIMENTO EM APREÇO."

Seguidamente o senhor Presidente da Mesa deu início à discussão do

PONTO NÚMERO QUATRO: PROPOSTA DE CONCURSO PÚBLICO PARA A EFECIÊNCIA ENERGÉTICA E PROMOÇÃO DE ENERGIAS RENOVÁVEIS: BIBLIOTECA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA – COMPROMISSOS PLURIANUAIS - O senhor Presidente da Mesa informou que estava aberto o período de inscrição para uso da palavra.

Terminado o mesmo e não havendo qualquer pedido de intervenção, o senhor Presidente da Mesa submeteu a votação a proposta da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova relativa PROPOSTA DE CONCURSO PÚBLICO PARA A EFECIÊNCIA ENERGÉTICA E PROMOÇÃO DE ENERGIAS RENOVÁVEIS: BIBLIOTECA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA – COMPROMISSOS PLURIANUAIS, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e seis;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: vinte e seis.

Em face deste resultado a proposta apresentada pela Câmara Municipal foi aprovada por UNANIMIDADE.

O senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme pedido da Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação "FOI DELIBERADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS A FAVOR, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA, PROPOSTA DE CONCURSO PÚBLICO PARA A EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E PROMOÇÃO DE ENERGIAS RENOVÁVEIS: BIBLIOTECA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS PARA O PROCEDIMENTO EM APREÇO."

Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia deu início à discussão do:

PONTO NÚMERO CINCO: PROPOSTA DE CONCURSO PÚBLICO PARA A EFECIÊNCIA ENERGÉTICA E PROMOÇÃO DE ENERGIAS RENOVÁVEIS: PISCINA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA – COMPROMISSOS PLURIANUAIS – O senhor Presidente da Assembleia solicitou aos senhores deputados se tinham algo a dizer sobre esta proposta da Câmara Municipal.

O senhor deputado Jorge Daniel Fonseca solicitou a palavra e disse "neste ponto e referente a este concurso queria apenas questionar o senhor Presidente da Câmara Municipal. O ano passado, em janeiro, saiu um



é que

concurso precisamente para esta situação das piscinas municipais, e qual é que é aqui a questão, o que é que realmente se passou com esse concurso? Ficou deserto? Se foi anulado, e se foi anulado qual o motivo?

Também sabemos que não há previsões de conclusão de obras e como funcionam estas situações, mas gostaríamos de saber se há alguma previsão de facto já para a reabertura das piscinas após as obras concluídas."

Õ senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, que disse "efetivamente já houve um concurso que foi lançado, e exatamente por causa do quadro comunitário e das suas vicissitudes, o concurso foi anulado e foi preparado este já no novo modelo deste quadro, e portanto é que o outro não teve seguimento. O aviso de abertura veio agora e portanto estamos em condições de lançar o concurso porque o concurso anterior estava completamente desadaptado ao novo quadro comunitário.

Obviamente não temos previsão de conclusão, porque estamos a falar de um concurso público de uma dimensão significativa, mas o prazo de execução da obra é de 180 dias, mas estamos em crer que, correndo bem, havendo concorrentes, o processo ser rápido, mas no próximo verão teremos já as novas piscinas, interiores e exteriores, a funcionar.

Não havendo mais pedidos de intervenção o senhor Presidente da Mesa submeteu a votação a proposta da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova relativa à : PROPOSTA DE CONCURSO PÚBLICO PARA A EFECIÊNCIA ENERGÉTICA E PROMOÇÃO DE ENERGIAS RENOVÁVEIS: PISCINA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA – COMPROMISSOS PLURIANUAIS, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e seis;

Votos em contra: zero:

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: vinte e seis.

Em face deste resultado a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Idanha-a-Nova foi aprovada por UNANIMIDADE.

O senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme pedido da Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação "FOI DELIBERADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS A FAVOR, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA, PROPOSTA DE CONCURSO PÚBLICO PARA A EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E PROMOÇÃO DE ENERGIAS RENOVÁVEIS: PISCINA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS PARA O PROCEDIMENTO EM APREÇO."

Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia deu inicio à discussão do

PONTO NÚMERO SEIS: PROPOSTA DE PROJETO FINAL DE REGULAMENTO DE UTILIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CENTRO COORDENADOR DE TRANSPORTES DE IDANHA-A-NOVA - O senhor Presidente da Mesa solicitou ao senhor Presidente da Câmara para prestar esclarecimentos adicionais sobre esta proposta.



ortes, e

O senhor Presidente da Câmara Municipal disse " não sendo nós especialistas na área dos transportes, e também no trabalho que estamos a fazer, integrados na Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa, e como sabem, nós delegamos à Comunidade Intermunicipal ser a autoridade de gestão dos transportes, mas também procuramos, juntamente com a Comunidade, quem nos poderia ajudar melhor em termos jurídicos no enquadramento, nos concursos públicos que temos, porque a questão dos transportes é muito complexa e o que nós queremos é também sempre o melhor para os cidadãos, de modo que possa ser mais sustentável, e por isso estamos a rever todo o processo, e um deles é este Centro Coordenador, e recorremos à empresa Figueiredo Sousa, empresa esta que também tem colaborado com a Comunidade Intermunicipal e que é uma referência a nível nacional na gestão de transportes.

Por isso solicito autorização para que o representante dessa empresa, senhor João Figueiredo Sousa preste mais esclarecimentos sobre o assunto."

Devidamente autorizado, o senhor João Figueiredo Sousa disse " só para enquadrar o que o senhor Presidente pediu, o porquê do Regulamento do Centro Coordenador de Transportes. Porque a lei assim o exige. Em 2015 foi publicada a lei 52/2015 que atribuiu às Comunidades Intermunicipais e aos Municípios novas competências em matéria de transporte, mas isto foi andando devagar, e em 2019 a Autoridade da Mobilidade e dos Transportes, que é a reguladora a nível nacional, colaborou na feitura do Decreto-Lei que foi publicado e que obriga a que todos os terminais de transportes e todos os Centros Coordenadores tenham um regulamento.

Este regulamento visa definir aquilo que são os direitos dos passageiros, mas também os direitos dos operadores e como é que é o funcionamento do terminal em si, quem é que tem acesso, quem é que o gere, como é que ele é mantido, como é que é dada a informação ao público, enfim, todas estas questões. E portanto isto passou a ser obrigatório em 2019, e todos sabemos que houve a pandemia, e tudo isto foi andando um pouco mais devagar. Em alguns casos em que há mais problemas de acesso aos terminais a Autoridade da Mobilidade e dos Transportes fez fiscalizações, produziu coimas pelas várias autoridades de transporte dizendo que não havia regulamento e portanto é obrigatório ter.

O Município tem vindo a trabalhar nesse regulamento, e como todos sabem, esse regulamento tem que ser alvo de consulta pública, e foi alvo de consulta pública em que a Autoridade da Mobilidade e dos Transportes deu o seu contributo não esperando que ele fosse aprovado e fez logo alguns reparos que foram inseridos neste regulamento.

Qual é a preocupação da Autoridade, que no fundo já disse que está a produzir um outro para que o Governo faça publicar um novo Decreto-Lei que regule muito bem o direito de acesso dos operadores ao terminal e este é que é o problema fundamental e que é um novo operador que quer passar por aqui e os operadores que cá estão, não é só aqui é no país inteiro, dizem que não há lugar pata novos operadores, porque isto é concorrência, e portanto é uma forma de regular a concorrência e permitir que os passageiros sejam mais bem servidos.

Portanto, o regulamento permite resolver tudo isto e permite que fiquemos todos tranquilos em relação ao cumprimento da lei e cumprindo também com aquilo que já é o próprio contributo da AMT que já foi dado face a este regulamento."

Terminada a intervenção, o senhor Presidente da Mesa informou os senhores deputados que estava aberto o período de inscrição para uso da palavra.



a da

Não havendo qualquer pedido de inscrição, o senhor Presidente da Mesa submeteu a votação a proposta da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova relativa ao *PROPOSTA DE PROJETO FINAL DE REGULAMENTO DE UTILIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CENTRO COORDENADOR DE TRANSPORTES DE IDANHA-A-NOVA,* tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e seis;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: vinte e seis.

Em face deste resultado, a proposta da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, foi aprovada por UNANIMIDADE.

O senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme pedido da Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação "FOI DELIBERADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS A FAVOR, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA, PROJETO FINAL DE REGULAMENTO DE UTILIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CENTRO COORDENADOR DE TRANSPORTES DE IDANHA-A-NOVA."

"

Seguidamente o senhor Presidente da Mesa deu início à discussão do

PONTO NÚMERO SETE: ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA – PRIMEIRA REVISÃO AO ORÇAMEMNTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2024 – O senhor Presidente da Mesa solicitou ao senhor Presidente da Câmara para, querendo, prestar esclarecimentos adicionais a esta proposta.

O senhor Presidente da Câmara disse "eu já expliquei e já fui dizendo que estas alterações orçamentais vão acontecendo ao longo do ano, mas o objetivo é que aconteçam os menos possível o que quer dizer que o orçamento previsto se mantém, mas sobretudo este ano que é um ano em que saímos de um quadro e entramos noutro, vai haver ao longo do ano alterações orçamentais significativas. Também aqui, o que está previsto em termos de receita é a inclusão do saldo de gerência que ainda não tinha sido incluído, e também umas alterações com a Direção-Geral das Autarquias Locais que têm a ver com as questões do SNCAP em que nos foi retendo verbas resultando de interpretação de mapas diferentes entre o Tribunal de Contas a Direção-Geral das Autarquias Locais e nós próprios, mas que se chegou a um consenso e daí a descativação destas verbas"

Seguidamente o senhor Presidente da Mesa informou os senhores deputados que estava aberto o período de inscrição para uso da palavra.

Terminado o mesmo, o senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor deputado Jorge Daniel que disse "o Movimento para Todos quer fazer umas referências e só algumas questões, que julgo serem pertinentes, mas bem simples.

Sabemos perfeitamente, como o senhor Presidente já disse, que isto trata-se da primeira revisão, e quando é a primeira revisão, geralmente é a inclusão do saldo da gerência anterior, que neste caso é de um milhão, noventa e quatro mil euros, mas depois o senhor Presidente também disse que há aqui algumas divergências no reporte dos



rtâncias |

mapas da Direção-Geral das Autarquias Locais de quinze ou trinta euros, mas o que é certo que essas importâncias fazem um total de um milhão e setecentos mil euros. Portanto são quase dois milhões de euros. Qual é que é aqui a nossa questão? A nossa questão é que de facto para ser uma retenção de dois milhões de euros só no ano de 2021, achamos que a verba é um bocado avultada e a questão é que se os anos de 2022 e 2023 já estão sanados nesse aspeto, ou também há retenções destas verbas avultadas, e depois uma outra questão que há aqui uma anulação de cerca de um milhão, duzentos quarenta e quatro mil euros. Isto parece-nos ser em projetos financiados e o que é que acontece, e nós voltamos a solicitar que de facto quando é apresentado o orçamento, eu penso que deveriam vir os comprovativos da receita. E os comprovativos da receita, neste caso, eram projetos devidamente aprovados e explicados, que antigamente vinham, mas que entretanto desapareceram dessa situação. Portanto nós não sabemos quais é que são os motivos da inclusão, e muitas vezes veem aqueles montantes, que são altos, são verdadeiros, mas não pomos em causa essa situação, mas depois falta-nos perceber o porquê desta anulação, e também queríamos aqui saber quais é que eram os projetos que de facto estão aqui anulados, se é aquilo que o senhor Presidente agora disse que era da transição que anularam determinados concursos do quadro anterior e passaram para esta do 2030. Portanto é essa a questão."

Seguidamente o senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que disse " o que estamos de facto aqui a discutir, os tais quinze, trinta euros, vêm desde 2021, mas a verba retida não é de 2021, é de 2023 e por isso é que já resolvemos estas diferenças de 2021, e na sequência estamos a resolver o ano de 2022 e 2023, e estamos numa fase final, e por isso è que a Direção-Geral das Autarquias Locais tinha-nos retido, relativamente a 2023 um conjunto de verbas, mas também relativamente a 2024 está a reter-nos determinadas verbas que vão ser libertadas agora porque, como disse, estamos na parte final desta revisão e está praticamente tudo ultrapassado.

A questão que estava a falar do quadro comunitário, nós quando começamos, e por exemplo o projeto do Bio Bairro, Bairro Comercial Digital, tínhamos a informação da sua aprovação, mas depois foi retificado na Comissão Europeia e a verba que tínhamos inicialmente era diferente do que foi aprovado no final e isto é normal nas candidaturas dos projetos. O mesmo também do quadro comunitário que tínhamos com a Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa. Tivemos uma referência, essa referência 'de o ponto de partida, e por isso é que quando falamos do orçamento, estamos a falar de expetativas e nas expetativas temos por base valores que nos dão a garantia de que os projetos vão ser aprovados, senão não os colocávamos cá, porque não é possível colocar. Obviamente que na negociação com a Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa e Comissão Europeia há verbas que depois vão ser reajustadas, e é isso que vai acontecer.

Estes reajustamentos são naturais que aconteçam durante o ano e por isso é que nós fazemos um orçamento com uma determinada expetativa e depois durante o ano e nesta nossa relação com a Comunidade Intermunicipal e com o Centro 2030 os valores vão sendo acertados para mais ou para menos."

Não havendo mais pedidos de intervenção, o senhor Presidente da Mesa submeteu a votação a proposta da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova relativa à *ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA – PRIMEIRA REVISÃO AO ORÇAMEMNTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2024*, tendo sido apurado o seguinte resultado:





Número de votantes: vinte e seis;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: seis – senhores deputados do Grupo Municipal do Movimento para Todos;

Votos a favor: vinte.

Em face deste resultado, a proposta da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, foi aprovada por MAIORIA.

O senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme pedido da Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação "FOI DELIBERADO POR MAIORIA, COM ZERO VOTOS EM CONTRA, SEIS VOTOS DE ABSTENÇÃO E VINTE VOTOS A FAVOR, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA, REFERENTE À PROPOSTA DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA - PRIMEIRA REVISÃO AO ORÇMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO DO ANO DE 2024."

Terminada a discussão dos assuntos da Ordem do Dia, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em cumprimento do estipulado regimentalmente perguntou se alguém do público queria tomar a palavra.

Verificou-se quatro pedidos de intervenção por parte do público.

O senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra à cidadã Graça Passos que disse "sou cidadã parte da sociedade civil, solidarizo-me com os idanhenses no pesar do Presidente da Assembleia Municipal, João Dionísio, e relembro a sua vontade em que as atas da Assembleia fossem publicadas no site e assim deixo um apelo para que esse desejo se cumpra, tal como a data da próxima assembleia, para ser fácil sabermos quando é que são as assembleias. Em relação à sessão de dezembro aconteceu uma situação inédita, a representante da PTF foi aqui responsabilizada pela ação desta organização da sociedade civil. Na sua resposta às questões da plataforma, o Presidente da Câmara, engenheiro Armindo Jacinto disse, entre outras coisas menos simpáticas, e cito, já não posso admitir que uma pessoa como a Graça Passos tenha liderado um trabalho a denegrir o nome de Idanha por essa Europa. Após seis meses de ter sido alvo destas acusações infundadas, venho solicitar que esta situação seja reparada. Sublinho que este pedido, é um pedido enquanto cidadã e que não tenho nada a ver com a Plataforma Transgénicos Fora.

Enquanto representante da Plataforma Transgénicos Fora, na ata, página 382 consta o seguinte: respondendo-lhe aquilo eu vem aqui dizer e que nós já lhe respondemos, apesar de ter dito que não. Na verdade nós continuamos sem resposta, e portanto eu agradecia imenso que nos reenviasse esse mail para a Plataforma Transgénicos Fora, por era bom não haver mais coincidências, porque depois se houver um comunicado de imprensa a falar sobre o glifosato durante a feira, é muito desagradável.

O senhor Presidente já nos enviou as respostas, nós não recebemos as respostas, e portanto agradecíamos para fecharmos este assunto, porque a Plataforma vai a ter uma posição pública sobre os cabeçalhos, que é, análises feitas pelo Município desmentem os valores apresentados pela plataforma em setembro.

Seguidamente usou da palavra o cidadão Carlos Magro que disse "sou de Salvaterra do Extremo e a minha presença aqui deve-se ao facto de no ano passado, no 25 de abril de 2023 coloquei algumas questões e até hoje elas ainda não me foram respondidas. O meu direito de cidadão português e residente em Salvaterra do Extremo, gostaria que me respondessem às questões que foram por mim colocadas um ano atrás. Recebi propaganda política por baixo



al como

da porta, mas não recebi qualquer resposta sobre isto. Acho que é fundamental que a Câmara Municipal como autoridade municipal tenha que ter uma posição em relação a estes assuntos, e os assuntos não são nada mais, nem nada menos de que, em Salvaterra do Extremo, na malha urbana habitacional, a lei diz que não podem as viaturas andar a mais de 30 Kms por hora. Eu, diariamente de manhã ou outras horas, vejo viaturas a circular, e não tendo um radar para ver a velocidade a que se deslocam, é garantidamente acima do limite de velocidade. Há uns tempos atrás não houve um acidente de atropelamento em frente à minha casa, porque, de facto, houve uma mão santa, porque senão, hoje em dia, teria que estar a pedir responsabilidades à Câmara Municipal pela falta de controlo, pela falta de sinalização vertical que não existe. Nós vamos a Espanha e temos bandas sonoras, nós, infelizmente o civismo em Portugal não existe e todos nós estamos numa sociedade extremamente egoísta e frenética, e nem nos apercebemos da velocidade a que circulamos. Portanto, se não há educação cívica neste caso, é importante que a autarquia tenha este papel.

Eu não sou de criar terra queimada, e não andamos aqui a criticar e andar a mandar abaixo, mas exige-se também que haja este respeito e esta responsabilidade da Câmara Municipal. Não havendo respostas por parte de quem de direito, naturalmente desenvolve uma revolta e um descontentamento nos cidadãos, que depois surgem os partidos populistas. Se não se resolvem os problemas das pessoas dá nisto.

Outra questão que coloquei foi a da fibra ótica. Falou-se há algum tempo que a fibra ótica viria para o concelho e é certo que no edificio da Junta de Freguesia e do Centro de Saúde tem fibra ótica e porque é que os cidadãos que lá residem não podem também de usufruir de fibra ótica? Sei que isso é um problema que tem a ver com as operadoras, mas se foi uma promessa eleitoral, e isto é uma das formas de inverter a desertificação, e os nómadas digitais que se estão a perder por aí e que se podem radicar em Salvaterra do Extremo, acho que é algo para refletir.

Existe em Salvaterra do Extremo uma rota pedestre que é fantástica, mas independentemente de tudo, é um percurso oficial e é um percurso que está cartografado nos percursos oficiais nacionais, mas outro dia estava no rio e andava um grupo de vinte estrangeiros que queriam tirar fotografias e queriam ir à Fonte da Ribeira fotografar as aves, mas não podiam ir porque a erva estava numa altura bastante alta. Portanto, se há percursos pedestres de quem é a responsabilidade de os manter?

Outro tema também importante e pertinente que é a saúde. Eu tenho um problema no colon do fémur, precisei no outro dia de levar uma injeção e sou utente do Serviço Nacional de Saúde e fui ao centro de saúde de Salvaterra do Extremo e a enfermeira que lá estava, nem identificação tinha e não sei de quem se trata e respondeu-me de uma forma tal que, claro tive que fazer uma reclamação porque se negou a dar-me uma injeção. Acredito que não seja um problema da Câmara Municipal, mas a Câmara Municipal como representante dos munícipes, e de quem os visita, deve optar por isso.

Seguidamente foi dada a palavra ao cidadão Domingos Jacinto que disse "senhor Presidente vou começar por lhe apresentar um protesto. Salvaterra do Extremo é um órgão territorial do estado de direito democrático. A sua população tem legitimidade como todas as outras. Acontece que a Assembleia Municipal não fez nenhuma convocatória, não deu conhecimento à população desta reunião. Isto é lamentável e isto é tão grave porque já em 2022, a mesma Assembleia Municipal, em Salvaterra, também omitiu esta situação. É uma questão de ordem legal e é uma questão de respeito pelas pessoas. Em Salvaterra há lá pessoas não há lá objetos.



mbleia |

Queria dizer o seguinte, no seguimento disto tudo, depois de vários hábitos instalados, parece que a Assembleia também copia a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia. Em Salvaterra do Extremo está tudo por limpar e a Junta de Freguesia tem três trabalhadores a tempo inteiro, são vinte e uma horas de trabalho por dia e o perímetro urbano de Salvaterra está por limpar, e hoje em dia tanto se fala em turismo de ambiente, da natureza e Salvaterra tem de facto patrimónios excecionais para que as pessoas se deslocarem lá, e para lá se fazer uma festa, que acho muito bem e estou a favor disto tudo, mas as pessoas não se podem deslocar só do Adro até ao alto do Cemitério, porque a partir daí, se se deslocarem ao Salto da Cabra ou à Ribeira, vêm de lá todas com as camisas e a pele rasgadas. Isto é lamentável que aconteça, mas acontece. Por responsabilidade de quem? Da Junta de Freguesia, entidade máxima, e o senhor Presidente da Câmara também é responsável porque o senhor Presidente da Câmara é quem nomeia os elementos da Junta de Freguesia, ele é que os escolhe e escolhe-os à sua maneira e medida, e acontece que esta gente não tem o mínimo de sensibilidade, nem condições políticas para estar ali. A autoridade, a meu pedido, anda agora a pressionar a Junta, agora depois do dia 31 de maio, a fazer a limpeza. Mas nem pode pressionar, tem é que atuar, porque nos últimos dois anos as autoridades levantaram dois processos de contraordenação, um à câmara e outro à junta, por esta negligência nesta falta de competência e de responsabilidade, e, portanto continua tudo na mesma e a Assembleia também copia os vícios da câmara e da junta. Isto é uma tristeza. Salvaterra está a ser uma terra ostracizada, está abandonada, não há autoridade do estado, e muito mais há falta de vigilância que não existe. Já agora senhor Presidente da Câmara há uma pergunta que lhe quero fazer, então os caminhos do Vale de Idanha, do Chafariz de Ferro, o património cultural, e os chafarizes que estão cobertos de silva de todos os caminhos públicos quem é que limpa? Em princípio a junta limpa o perímetro urbano e os caminhos é a Câmara Municipal. Salvaterra é uma terra que tem uma constituição diferente de qualquer outra terra, tem as suas quelhas de acesso, tem os seus caminhos públicos, tem o rio, tem as fragas que o senhor Presidente conhece muito bem, e quem limpa? Como é que as pessoas podem ter motivação para irem lá? Se lá vão vem-se a queixar porque não há condições de acesso e portanto as pessoas não se podem deslocar livremente.

Senhor Presidente quais foram os custos desta festa que se lá fez, e da qual estou completamente de acordo.

Em Salvaterra o povo está contra o Presidente da Junta e o Presidente da Junta não conhece o povo, mais o Presidente da Junta nem sequer conhece a Devesa, que é um baldio que está abandonado, foi gradeado e destruíram todos os muros das oliveiras, e aquilo são memórias das pessoas. Como é que é possível uma autarquia que deve preservar para o interesse das pessoas e chega lá e destrói tudo de uma forma irresponsável e incompetente."

Terminada a intervenção do cidadão o senhor Presidente da Mesa disse "só para esclarecer o cidadão Domingos Jacinto que disse que a Assembleia Municipal era responsável por não ter dado conhecimento da realização desta sessão, o procedimento que sempre se seguiu, desde 2005, é o seguinte: A Mesa envia para os senhores Presidentes de Junta e União de Freguesias cópia dos editais convocatórios das sessões da Assembleia Municipal de Idanha-a-Nova, para que os mesmos sejam afixados nos locais de estilo de cada Freguesia ou União de Freguesias. Se tal não acontece, não pode a Mesa da Assembleia ser responsabilizada pela não divulgação do local e hora das sessões da Assembleia Municipal, pelo que o cidadão Domingos Jacinto deve refletir nas palavras que disse."

Seguidamente tomou a palavra o cidadão Rui Antunes que disse "o que aqui me trás é fazer uma breve resenha do que foram estes dez anos do mandato do Armindo Jacinto e do Joaquim Chambino, que são as entidades



eia muito lizer meia

que gerem em termos políticos e administrativos a aldeia à qual eu pertenço, que é a da Cegonhas.. Uma aldeia muito pequenina, mas que tem as suas especificidades e tem as suas necessidades, e por isso gostaria aqui de dizer meia dúzia de eventos que aconteceram nestes dez anos que a grande maioria são da responsabilidade do executivo da Junta de Freguesia, porque eu relaciono-me com a Junta com uma grande abertura e com a câmara relaciono-me também, mas é mais por questões de cortesia, e portanto todos os problemas que tenho são resolvidos com a Junta, e a Junta resolve ou não, e excecionalmente quando a Junta não pode resolver um problema diz, Rui faz favor e porque tens um bom relacionamento com a câmara vai falar com o Presidente Armindo.

É assim que tem funcionado nestes últimos dez anos, de maneira que 99,9% dos problemas da aldeia das Cegonhas são, e foram, e continuarão a ser, presumo eu, resolvidos pelo executivo da Junta.

Houve uma grande obra que felizmente a Câmara Municipal pode fazer, que foi o parque infantil, e por isso agradeço, mais uma vez, ao Presidente Armindo Jacinto ter feito essa obra numa aldeia tão pequenina, com muito poucas crianças, mas que no verão está cheia de miúdos.

Quanto à Junta, gostaria só de mencionar quatro ou cinco obras que foram feitas, nomeadamente as casas de banho públicas, a limpeza dos arruamentos, a aldeia das Cegonhas está limpa, o nivelamento dos terrenos dos caminhos rústicos, a pintura do interior da Casa do Povo das Cegonhas, o posto de eletricidade permanente para as festas, um kite de incêndio para a carrinha da Associação de Melhoramentos, pequenos arranjos nos arruamentos e pinturas e arranjos no cemitério. Felizmente que temos um Presidente da Junta de Freguesia que é presente e é encabeçado por uma pessoa, que pode não ter jeito para outras coisas, mas para fazer pequenas coisas tem muito jeito."

Terminadas as intervenções por parte do público, o senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara que disse "começando por responder ao Rui Antunes, antes de mais agradecer e para muitos que aqui estão e que não conhecem a freguesia do Rosmaninhal, concretamente o lugar das Cegonhas de que o Rui faz parte de uma Associação de Melhoramentos, assim como as Soalheiras que também tem estas caraterísticas e que também tem uma Associação de Melhoramentos, falamos de cidadãos, alguns que fazem parte destas associações, que não sendo residentes e recenseados nestas localidades, mantém uma atividade presente muito forte numa comunidade da nossa diáspora que aconselho a visitar. São as festas de verão onde gosto de ir, e no verão temos imensas festas, mas faço sempre intenção de ir, quer às Soalheiras, quer às Cegonhas porque são das comunidades mais pequenas, mas que no período de festas tem muita gente, e por isso os parques infantis, quer numa quer na outra, estão cheios de crianças. Portanto agradeço-lhe o empenho, que o Rui representa aqui e muito bem, com os seus colaboradores nesta associação que permanentemente estão a ajudar a Freguesia do Rosmaninhal e o Presidente de Junta a ter um bom trabalho.

Dizer-lhe que nem sempre consigo na Câmara fazer tudo aquilo que é necessário e desejável, porque os recursos financeiros e humanos nos permitem fazer tudo aquilo que é possível e necessário, pelo que teremos que ir sempre por prioridades, e como sabem, a política desta Câmara e do executivo que lidero foi, e é, dar sempre mais verbas de descentralização para todas as Juntas de Freguesia do concelho, de modo a que estas verbas ajudem os nossos Presidentes de Junta a poderem resolver muitos destes problemas que nós não estando tão próximo, é mais difícil de resolver. É mais difícil, e até seria mais caro resolver, portanto este é o princípio da descentralização de competências e de verbas para as nossas Juntas de Freguesia



Obviamente há sempre muitas coisas que não conseguimos fazer, e o cidadão Domingos Jacinto de Salvaterra do Extremo, e já são habituais estas questões sobre o perímetro urbano e o em redor de Salvaterra, nomeadamente os percursos, que também foi uma questão colocada pelo cidadão Carlos Magno e eu já disse aqui várias vezes que certa altura, com o engenheiro Manuel Monteiro, fizemos as contas para limpar-mos o concelho de Idanha, todos os anos, que verbas é que necessitávamos. Fomos levar isto ao Secretário de Estado das Florestas, e até na altura a seguir aos fogos em que todos diziam que todos têm que limpar, e eu fui lá dizer quanto é que isto custava. A verba necessária era de doze milhões de euros por ano, e se tivéssemos essa verba para isto, depois necessitávamos de um exército para isto. Por exemplo a Rota que o Carlos estava a falar, nós este ano já a limpámos, mas já choveu depois disso e a erva cresceu. Há sítios que limpamos três e quatros vezes por ano, e também é necessário perceber que estamos no campo, onde é normal as ervas crescerem. Se estivermos num campo em que as ervas não crescem,

estamos mesmo num deserto, o que é mau. Portanto temos que conviver com o que é normal. Obviamente que a manutenção da Rota dos Abutres tem que ser feita, mas também temos que perceber que não nos é possível ir lá

limpar quatro ou cinco vezes por ano.

A União de Freguesias de Monfortinho e Salvaterra do Extremo tem um conjunto de trabalhadores e a Câmara Municipal tem vinte a limpar o concelho de Idanha e já lá foi e voltará, e também recorremos a empresas externas porque o que nós fazemos não é o suficiente, mas felizmente não andamos a deitar glifosato, como algumas pessoas dizem, em todo o concelho de Idanha. Aliás a Câmara Municipal não utiliza o glifosato nos seus serviços, porque esta Assembleia Municipal aprovou a não utilização de glifosato, mas se alguém o aplicar não estão a incumprir a lei, porque não há nada na lei que impeça a utilização de glifosato. Nós, desde o início, fomos pioneiros no país, fomos aderentes na plataforma da QUERCUS com uma Câmara sem glifosato, ou seja, que não utiliza glifosato nos serviços municipais. Utilizamos um produto biológico, que lançámos na Idanha para o país com outros Presidentes de Câmara, um produto biodegradável, e não é substituir um pelo outro, a nossa estratégia relativamente a isso foi deixar ervas, porque as ervas são naturais e vivemos no campo e agora estamos todos com complexidade que temos ervas, estamos no campo e não estamos na Praça do Comércio em Lisboa, pelo que é normal que tenhamos ervas que crescem naturalmente todos os anos.

Obviamente que temos o Salva a Terra a decorrer em Salvaterra do Extremo, que é um evento que saiu em todo o país, infelizmente está a chover, mas mais uma vez digo infelizmente não, porque felizmente temos água, apesar de não ser muito agradável para o festival, porque os festivaleiros preferiam ter sol, mas as informações que tenho é que está a decorrer bem. Este festival leva o nome de Salvaterra muito longe de tal maneira que foi o Secretário de Estado do Turismo e o Diretor-Geral do Turismo de Portugal que vieram aqui a Salvaterra lançar este projeto e este programa.

Quanto aos custos deste evento, nós dissemos isto publicamente em Salvaterra que rondam os cinquenta mil euros, evento este que foi identificado no Turismo de Portugal e este é um evento que leva o nome de Salvaterra e Idanha muito longe, e teve cobertura televisiva e radiofónica.

O cidadão Carlos Magro fez aqui um conjunto de questões sobre as bandas sonoras na aldeia. Eu ia pedir à arquiteta Joana que viesse aqui dar uma explicação sobre a questão das bandas sonoras, não só para este caso de Salvaterra, mas para todos os outros que também as solicitam, e até relativamente a Espanha, porque Espanha tem uma legislação e nós temos outra, mas não quero dizer que não haja sobre essa questão alguma sensibilidade, e por isso



vamos solicitar pareceres, de modo a que possamos alertar as pessoas a circular numa velocidade mais baixa nesse ponto que identificou."

A arquiteta Joana Rossa disse " em relação às lombas elevatórias, elas são proibidas na maior parte dos países da Europa por dois motivos. Primeiro por causa das viaturas de emergência, e o que é relatado é que em situações de emergência criam entropia à marcha e um percurso mais acidentados por quem está a ser transportado, e em segundo lugar pelos camiões de transporte TIR que dizem que ao final de muitas lombas o percurso se torna insuportável ao nível da coluna. Portanto na maior parte dos países já estão a ser abolidas e em Portugal também. A única situação que é permitida atualmente são as faixas perfeitamente planas, sem qualquer acidente, mas que na realidade criam alguma textura e até mesmo pelo sentido visual fazem as pessoas diminuir a marcha, mas efetivamente as lombas são totalmente proibidas."

O senhor Presidente da Câmara continuou a sua intervenção e disse " a fibra ótica, obviamente à Câmara Municipal era impossível, nem com todo o orçamento só para isso, colocar fibra ótica em todo o concelho, é impossível e por isso nunca poderia ter sido uma promessa eleitoral, além de não depender da Câmara porque não podemos colocar de livre vontade pois há regulamentos e entidades próprias para fazerem esse serviço, mas poderei ter dito particularmente foi que o anterior governo, pela Ministra da Coesão Territorial, teve sempre esta preocupação e estava previsto isto nos quadros comunitários, e tanto que estava previsto, o governo, antes de sair, lançou o concurso público internacional para que a fibra ótica chegue a todos os portugueses, sem exceção.

Falou nas questões da saúde. A extensão de saúde de Salvaterra, bem como todas as outras, são do Serviço Nacional de Saúde, mas isso não leva a que nós não estejamos preocupados com questões que aconteçam, e não sou eu Presidente de Câmara a dizer que vou lá meter uma enfermeira, ou um médico, porque isso não são as nossas competências. São nossas competências saber como o SNS atua no concelho, ou no país, e exigiremos, naturalmente, tudo a que os cidadãos tenham direito. Felizmente o caso de Idanha é dos que está melhor apetrechado no país, porque complementamos com os serviços contratados pela Câmara Municipal, as carências dos cidadãos.

Senhora Graça Passos, não percebi que tenha feito um pedido, por mail, sobre algumas informações à Câmara Municipal, nomeadamente o comunicado de imprensa sobre o estudo publicado relativo ao uso do glifosato no concelho de Idanha. Se fez e não recebeu, certamente que iremos proceder ao envio das respostas às solicitações formuladas."

Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente acta, que depois de lida e achada conforme, vai ser assinada pelos membros da Mesa.

Sulivio Saus Lh Graça Raña Ferrer Pire, Kannel Former Harto